

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1409220 - RS  
(2018/0319000-2)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE : RENATA FONSECA DA SILVA**  
**ADVOGADOS : ELOI MARTINELLI - RS021790B**  
**TADEU MOREIRA CAMPELO FILHO - RS065853**  
**AGRAVADO : RENATO GIORGIO DA SILVA**  
**ADVOGADOS : KATIA ROBERTA RODRIGUES MENDES - RS075229**  
**VINÍCIUS ANCINELLO GINDRI - RS086107**  
**AGRAVADO : MIGUEL GIORGIO DA SILVA**  
**ADVOGADOS : FABIO DE CAMPOS ALMEIDA - RS076779**  
**ANTONIO GUILHERME TANGER JARDIM - RS056652**  
**DIOGO FERNANDES PERES - RS068195**  
**FABIO DE CAMPOS ALMEIDA - RS076779**

## EMENTA

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. 1. JULGAMENTO MONOCRÁTICO EM HIPÓTESE NÃO PREVISTA NO ART. 932 DO CPC/2015. EVENTUAL MÁCULA FICA SUPRIDA PELO JULGAMENTO DO AGRADO INTERNO ATRAVÉS DO ÓRGÃO COLEGIADO. 2. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO E NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NÃO CONFIGURADAS. 3. AGRADO INTERNO DESPROVIDO.

1. É iterativa a jurisprudência desta Casa no sentido de que, mesmo não estando o caso previsto em alguma das hipóteses autorizativas do art. 932 do CPC/2015, que permite ao julgador entregar a prestação jurisdiccional de forma unipessoal, eventual mácula na decisão singular fica corrigida com o julgamento do agrado interno pelo órgão colegiado respectivo.

2. Não ficou configurada a violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou de forma fundamentada sobre todas as questões necessárias para o deslinde da controvérsia. O mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à sua pretensão não caracteriza falta de prestação jurisdiccional.

3. Agrado interno a que se nega provimento.

## ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 30 de março de 2020 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator